



Demonstrações Financeiras Anuais

Para o exercício encerrado em 31/12/2016

*Contas aprovadas em reunião do Egrégio Conselho Pleno da
Seccional do Paraná em 12/05/2016*

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ****CNPJ 77.538.510/0001-41****BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2016****Valores em reais**

| | |
|---|-----------------------|
| ATIVO | 112.266.975,22 |
| CIRCULANTE | 20.166.385,39 |
| DISPONÍVEL | 10.445.642,59 |
| CAIXA | 34.697,49 |
| BANCOS CONTA MOVIMENTO | 613.696,74 |
| BANCOS CONTA ARRECADAÇÃO | 27.316,64 |
| BANCOS CONTA POUPANÇA | 13.272,60 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA | 9.756.659,12 |
| CRÉDITOS | 9.695.525,34 |
| CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EXERCÍCIO | 9.076.786,42 |
| ADIANTAMENTOS DIVERSOS | 593.317,38 |
| CREDITOS DIVERSOS A RECEBER | 25.421,54 |
| DESPESAS ANTECIPADAS | 25.217,46 |
| DESPESAS ANTECIPADAS DIVERSAS | 25.217,46 |
| NÃO CIRCULANTE | 92.100.589,83 |
| CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER | 9.595.005,04 |
| CONTRIBUIÇÕES OBRIGATORIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 9.587.838,53 |
| DEPÓSITO JUDICIAL | 7.166,51 |
| PERMANENTE | 82.505.584,79 |
| IMOBILIZADO | 82.505.584,79 |
| BENS MÓVEIS | 10.898.421,57 |
| BENS IMÓVEIS | 84.827.171,76 |
| (-) DEPRECIÇÃO BENS MÓVEIS | - 6.312.498,51 |
| (-) DEPRECIÇÃO BENS IMÓVEIS | - 6.907.510,03 |
| PASSIVO | 112.266.975,22 |
| CIRCULANTE | 11.793.320,00 |
| OBRIGAÇÕES A PAGAR | 11.793.320,00 |
| FORNECEDORES | 529.880,97 |
| PESSOAL A PAGAR | 571.421,44 |
| ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER | 538.081,79 |
| CONSIGNAÇÕES | 41.560,77 |
| OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS | 911.257,52 |
| CHEQUES A COMPENSAR | 1.259,61 |
| RECEITAS A REALIZAR DO EXERCÍCIO | 9.199.857,90 |
| NÃO CIRCULANTE | 10.003.323,40 |
| OBRIGAÇÕES DIVERSAS | 10.003.323,40 |
| CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 9.587.838,53 |
| PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS | 415.484,87 |
| PATRIMÔNIO SOCIAL | 90.470.331,82 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 90.470.331,82 |
| SUPERAVIT / DEFICIT ACUMULADOS | 34.350.664,39 |
| SUPERAVIT / DEFICIT DO EXERCÍCIO | 2.930.349,32 |
| AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | 53.189.318,11 |

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2016 somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R\$ 112.266.975,22 (Cento e doze milhões, duzentos e sessenta e seis mil, novecentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos)

JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA
PRESIDENTE OAB/PARANÁ

ROGÉRIO CESAR DE OLIVEIRA
Contador CRC/PR 033583/O-0

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ****CNPJ 77.538.510/0001-41****DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31/12/2016****Em reais**

| | |
|---|----------------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 53.812.289,80 |
| RECEITAS | 53.812.289,80 |
| RECEITAS CORRENTES | 50.669.030,81 |
| ANUIDADES DO EXERCÍCIO | 34.625.649,85 |
| ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 6.374.092,21 |
| RECEITAS SOBRE INFRAÇÕES | 354.189,58 |
| RECEITAS DE SERVIÇOS | 2.350.917,46 |
| RECEITAS DIVERSAS | 6.964.181,71 |
| TRANSFERÊNCIAS INTRACONSELHOS | 1.435.230,98 |
| TRANSFERÊNCIAS DE AUXÍLIOS | 1.435.230,98 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 1.708.028,01 |
| RECEITAS PATRIMONIAIS | 1.708.028,01 |
| RECEITA LÍQUIDA | 53.812.289,80 |
| RESULTADO BRUTO | 53.812.289,80 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | 50.881.940,48 |
| DESPESAS | 50.881.940,48 |
| DESPESAS CORRENTES | 50.881.940,48 |
| DESPESAS DE CUSTEIO | 50.881.940,48 |
| PESSOAL | 21.003.746,07 |
| MATERIAL DE CONSUMO | 1.550.301,04 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 599.776,80 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 11.008.710,76 |
| DESPESAS COM DEPRECIACIONES | 1.935.800,33 |
| OUTRAS DESPESAS | 433.667,75 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 14.349.937,73 |
| RESULTADO OPERACIONAL | 2.930.349,32 |
| SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO | 2.930.349,32 |

JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA
PRESIDENTE OAB/PARANÁ

ROGERIO CESAR DE OLIVEIRA
Contador CRC/PR 033583/O-0



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ
CNPJ 77.538.510/0001-41
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2016 - MÉTODO INDIRETO
Em reais

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

| | |
|--|---------------------|
| Resultado do período | 2.930.349,32 |
| (+) Depreciação | 1.936.458,96 |
| (+) Redução adiantamentos diversos | 210.795,91 |
| (-) Aumento de anuidades a receber | (5.442.660,64) |
| (+) Redução créditos diversos a receber | 299.246,27 |
| (+) Redução de despesas antecipadas | 2.891,18 |
| (+) Aumento de fornecedores a pagar | 27.546,88 |
| (-) Redução das obrigações com pessoal a pagar | (44.958,26) |
| (-) Redução das obrigações sociais a pagar | (11.326,62) |
| (-) Redução de outras contas a pagar | (15.392,73) |
| (-) Redução das obrigações estatutárias a pagar | (99.820,36) |
| (+) Aumento de receitas a realizar | 2.557.114,67 |
| (+) Aumento de contribuições obrigatórias | 2.795.564,55 |
| (+) Aumento de contingências | 211.244,66 |
| (=) Caixa líquido das atividades operacionais | 5.357.053,79 |

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

| | |
|---|-----------------------|
| (-) Aquisição de investimentos / imobilizado | (2.697.212,56) |
| (+) Custo bens baixados | 17.276,93 |
| (+) Venda de investimentos / imobilizado | - |
| (=) Caixa líquido das atividades de investimento | (2.679.935,63) |

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

| | |
|---|----------|
| (+) Integralização do capital | - |
| (+) Empréstimos bancários | - |
| (-) Amortização de empréstimos | - |
| (=) Caixa líquido das atividades de investimento | - |

Varição total das disponibilidades **2.677.118,16**

| | |
|---|---------------------|
| Saldo das disponibilidades no início do período | 7.768.524,43 |
| Saldo das disponibilidades no final do período | 10.445.642,59 |
| Varição das disponibilidades | 2.677.118,16 |

JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA
PRESIDENTE OAB/PR

ROGÉRIO CESAR DE OLIVEIRA
Contador CRC/PR 033583/O-0



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31/12/2016

Em reais

| | <u>Patrimônio Social</u> | <u>Superavit / deficit do exercício</u> | <u>Total</u> |
|----------------------------------|--------------------------|---|-------------------|
| EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 | 29.377.922 | 3.325.423 | 32.703.345 |
| Incorporação de Superavit | 3.325.423 | (3.325.423) | - |
| Superavit do exercício | - | 1.647.319 | 1.647.318 |
| EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 | 32.703.345 | 1.647.319 | 34.350.663 |
| Incorporação de Superavit | 1.647.319 | (1.647.319) | - |
| Superavit do exercício | - | 2.930.349 | 2.930.349 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | - | 53.189.319 | 53.189.319 |
| EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 | 34.350.664 | 56.119.668 | 90.470.331 |

JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA
PRESIDENTE OAB/PR

ROGÉRIO CESAR DE OLIVEIRA
Contador CRC/PR 033583/O-0

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO PARANÁ**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015.**

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO PARANÁ**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015.**

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Quadro I – Balanço patrimonial

Quadro II – Demonstração do resultado

Quadro III – Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Aos Senhores Diretores e ao Conselho Pleno
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ
Curitiba – Paraná

Opinião.

Examinamos as demonstrações contábeis da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria.

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

I – Ajuste a valor justo de imobilizado relevante.

Em dezembro de 2016, a ORDEM procedeu o registro da mais valia decorrente do resultado da avaliação a valor justo dos Edifícios e Terrenos, reconhecidos como relevantes no imobilizado. A mais valia a título de custo atribuído perfazem o montante de R\$ 53.189.318.

**Como nossa auditoria endereçou este assunto.**

Nossos procedimentos de auditoria na ORDEM incluíram a análise dos laudos técnicos de avaliação a valor justo e de identificação da vida útil dos bens avaliados. Em base amostral avaliamos o efetivo registro contábil do ajuste da "mais valia" dos bens, além averiguar os registros dos novos saldos no sistema de controle patrimonial.

II – Anuidades a receber.

A ORDEM tem como procedimento registrar no ativo e passivo circulante e não circulante os valores a receber de anuidades a serem cobradas referente aos registros dos advogados, sendo que no circulante são registrados os valores a receber do período corrente e no não circulante são contabilizados os montantes a receber de períodos anteriores e somente no efetivo recebimento das anuidades os valores são registrados no resultado como receita.

Para as anuidades registradas de período anteriores é constituída com base na análise das perdas históricas dos créditos, uma provisão para perdas.

Como nossa auditoria endereçou este assunto.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, testamos e avaliamos a efetividade operacional dos controles internos mantidos e desenvolvidos pela ORDEM para suportar a adequação dos saldos a receber.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades.



Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em repostas a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 13 de março de 2017.

AUDICONTROL AUDITORIA E CONTROLE
CRC-PR – 004.269/O-6


PAULO ROBERTO FRANCESCHI
CRC-PR – 018.444/O-2


RICARDO BERTUCCI
CRC-PR – 045801/O-4

QUADRO I
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO.
Em reais

| ATIVO | Nota Explicativa | 2016 | | 2015 | |
|---|---------------------|--------------------|-------------------|------|--|
| | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 675.711 | 426.169 | | |
| Aplicações financeiras | 5 | 9.769.932 | 7.342.356 | | |
| Anuidades a receber | 6 | 9.076.786 | 6.429.690 | | |
| Adiantamentos | | 582.317 | 786.744 | | |
| Outros créditos | | 36.422 | 344.803 | | |
| Despesas antecipadas | | 25.217 | 28.108 | | |
| | | 20.166.385 | 15.357.870 | | |
| Não circulante | | | | | |
| Anuidades e multas a receber | 7 | 9.587.838 | 6.792.274 | | |
| Depósitos judiciais | | 7.167 | 4.401 | | |
| Imobilizado | 8 | 82.505.585 | 28.572.790 | | |
| | | 92.100.590 | 35.369.465 | | |
| TOTAL DO ATIVO | | 112.266.975 | 50.727.335 | | |
| | | | | | |
| PASSIVO | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 9 | 529.881 | 502.334 | | |
| Anuidades a apropriar | 6 | 9.199.858 | 6.642.743 | | |
| Obrigações sociais | | 268.043 | 275.417 | | |
| Obrigações tributárias | | 108.438 | 98.881 | | |
| Obrigações estatutárias | 10 | 911.257 | 1.011.078 | | |
| Provisões trabalhistas | 11 | 747.007 | 819.344 | | |
| Outras obrigações | | 28.836 | 30.359 | | |
| | | 11.793.320 | 9.380.156 | | |
| Não circulante | | | | | |
| Anuidades e multas a apropriar | 7 | 9.587.838 | 6.792.274 | | |
| Provisão para contingência | 12 | 415.485 | 204.240 | | |
| Patrimônio líquido | | 10.003.323 | 6.996.514 | | |
| Patrimônio social | 13 | 34.350.665 | 32.703.346 | | |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 8 | 53.189.318 | - | | |
| Superávit do exercício | 13 | 2.930.349 | 1.647.319 | | |
| | | 90.470.332 | 34.350.665 | | |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 112.266.975 | 50.727.335 | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO II
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO.

Em reais

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|---------------------------|---------------------------|
| Receitas | | |
| Anuidades do exercício | 34.625.650 | 31.719.516 |
| Anuidades de exercícios anteriores | 6.374.092 | 7.087.820 |
| Receitas sobre infrações | 354.190 | 52.806 |
| Taxas e emolumentos | 2.350.917 | 2.011.036 |
| Outras receitas | 6.964.182 | 6.032.755 |
| Transferências intraconselhos | 672.181 | - |
| Doações e subvenções | 763.050 | - |
| Receitas sobre aplicações financeiras | <u>1.708.028</u> | <u>1.541.021</u> |
| Total das receitas | <u>53.812.290</u> | <u>48.444.954</u> |
| Despesas operacionais da ORDEM | | |
| Pessoal | -21.003.746 | -18.512.411 |
| Material de consumo | -1.550.301 | -1.603.642 |
| Serviços de terceiros - pessoa física | -599.957 | -630.100 |
| Serviços de terceiros - pessoa jurídica | -11.008.531 | -10.180.814 |
| Despesas com depreciações | -1.935.800 | -2.013.620 |
| Outras despesas | <u>-433.668</u> | <u>-274.365</u> |
| Total das despesas da ORDEM | <u>-36.532.003</u> | <u>-33.214.952</u> |
| Contribuições estatutárias | | |
| Conselho Federal | -4.099.982 | -3.880.500 |
| Caixa de assistências dos advogados | -8.199.965 | -7.761.933 |
| Fundo cultural | -1.229.995 | -1.164.150 |
| FIDA | <u>-819.996</u> | <u>-776.100</u> |
| Total das contribuições estatutárias | <u>-14.349.938</u> | <u>-13.582.683</u> |
| Total geral das despesas | <u>-50.881.941</u> | <u>-46.797.635</u> |
| Superávit do exercício | <u>2.930.349</u> | <u>1.647.319</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



QUADRO III

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO.

Em reais

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Superávit do exercício | 2.930.349 | 1.647.319 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total dos resultados abrangentes | <u>2.930.349</u> | <u>1.647.319</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



AUDICONTROL

QUADRO IV

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.
Em reais**

| | Patrimônio Social | Ajustes de avaliação patrimonial | Superávit do exercício | Total |
|---|--------------------------|---|-------------------------------|-------------------|
| EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 | 29.377.923 | - | 3.325.423 | 32.703.346 |
| Absorção do superávit | 3.325.423 | - | -3.325.423 | - |
| Superávit do exercício | - | - | 1.647.319 | 1.647.319 |
| EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 | 32.703.346 | - | 1.647.319 | 34.350.665 |
| Absorção do superávit | 1.647.319 | - | -1.647.319 | - |
| Mensuração ao valor justo do imobilizado: terrenos e edificações | - | 53.189.318 | - | 53.189.318 |
| Superávit do exercício | - | - | 2.930.349 | 2.930.349 |
| EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 | 34.350.665 | 53.189.318 | 2.930.349 | 90.470.332 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO V
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO.

Em reais

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Superávit do exercício | 2.930.349 | 1.647.319 |
| Ajustes por: | | |
| Depreciação | 1.936.468 | 2.013.620 |
| Provisão para contingência | 211.245 | -50.609 |
| | <u>5.078.062</u> | <u>3.610.330</u> |
| <u>Variações nos ativos e passivos:</u> | | |
| Aumento em anuidades a receber | -5.442.660 | -2.276.266 |
| Redução/aumento em demais contas a receber | 512.933 | -416.748 |
| Aumento em fornecedores | 27.547 | 57.031 |
| Redução/aumento em obrigações sociais | -79.711 | 159.875 |
| Redução/aumento em obrigações estatutárias | -99.821 | 630.782 |
| Aumento em demais contas a pagar | 5.360.713 | 2.300.754 |
| | <u>279.001</u> | <u>455.428</u> |
| <u>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</u> | <u>5.357.063</u> | <u>4.065.758</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Aquisições de bens do imobilizado | -2.697.213 | -4.470.046 |
| Baixa do imobilizado – Valor residual | 17.268 | 48.527 |
| <u>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</u> | <u>-2.679.945</u> | <u>-4.421.519</u> |
| Aumento líquido de caixa e equivalente a caixa | <u>2.677.118</u> | <u>-355.761</u> |
| Caixa e equivalente a caixa no início do período | 7.768.525 | 8.124.286 |
| Caixa e equivalente a caixa no final do período | <u>10.445.643</u> | <u>7.768.525</u> |
| | <u>2.677.118</u> | <u>-355.761</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A **ORDEM DO ADVOGADOS DO BRASIL – OAB**, constituída através do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

A **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARANÁ** foi instalada em 15 de fevereiro de 1932.

2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, e suas alterações posteriores. Pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, além das normas técnicas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em especial as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC aplicáveis a Entidades sem Fins Lucrativos.

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, e regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Base para preparação.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas considerando o custo histórico.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

b) Caixa e equivalentes de caixa.

São recursos mantidos em espécie na tesouraria e pelos saldos livres de movimentação dos depósitos bancários a vista. Os saldos bancários são mantidos em instituições financeiras pelo país, autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

c) Aplicações financeiras.

As aplicações financeiras são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do presente balanço, e são imunes da retenção do Imposto de Renda nos termos da legislação vigente.

d) Anuidades a receber

As anuidades a receber estão registradas pelos seus valores fixados em cada exercício acrescidas de juros e multas por atraso quando for o caso.

e) Provisão para perdas de longo prazo.

A provisão para perdas é constituída com base na análise das perdas históricas dos créditos, e é considerada pela Administração, suficiente para cobrir eventuais perdas de realização dos valores a receber de anuidades.

f) Ativo Imobilizado.

Os bens que compõem o ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da respectiva depreciação acumulada, que está calculada considerando o tempo de vida útil do bem.

g) Fornecedores.

Saldos a pagar de títulos cujos vencimentos ocorrem após o encerramento do balanço patrimonial em 31 de dezembro, e são decorrentes das compras de materiais de uso e consumo e demais mercadorias e da contratação de prestadores de serviços, na condição para pagamento a prazo.

Os montantes a pagar são contabilizados pelos valores constantes das respectivas notas fiscais ou documentos fiscais.

h) Provisões trabalhistas.

Está constituída de acordo com a legislação trabalhista vigente, considerando o período aquisitivo de cada colaborador perante a ORDEM, acrescida dos respectivos encargos sociais.

i) Tributação

Nos termos da legislação tributária brasileira, a ORDEM, goza de isenção do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais tributos federais sobre sua arrecadação e/ou superávit apurado.

j) Passivos circulantes e não circulantes.

Os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores mensuráveis e conhecidos, e acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, com base em taxas normalmente usuais.

k) Estimativas.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

l) Obrigações estatutárias.

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados – FIDA, e constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre receitas brutas mensais de anuidades, considerando inclusive as correspondentes provisões para perdas, nos termos da Lei n.º 8.906/1994 nos seguintes percentuais:

- 10% para o Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.

m) Provisões para Contingências.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da entidade em conjunto com seus consultores jurídicos.

n) Apuração do superávit ou déficit do exercício.

O procedimento adotado pela ORDEM para a apuração do Superávit ou Déficit do exercício social, é o regime de competência para o reconhecimento das despesas e o regime de caixa para reconhecimento das receitas, por entender ser o mais adequado em relação a apresentação das presentes demonstrações financeiras.

o) Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|--------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Caixa | 34.697 | 58.187 |
| Bancos conta movimento | 613.697 | 355.372 |
| Bancos conta arrecadação | <u>27.317</u> | <u>12.610</u> |
| Total | <u>675.711</u> | <u>426.169</u> |

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS.
Instituições financeiras:
Seccional

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|--|------------------|------------------|
| Caixa Econômica Federal – CDB | 4.330.457 | 2.338.731 |
| Caixa Econômica Federal – Fundo de investimentos | 4.423.796 | 3.902.292 |
| Banco do Brasil – Fundo de investimentos | 82.207 | 77.164 |
| Caixa Econômica Federal – Mútua | <u>27.577</u> | <u>24.142</u> |
| | 8.864.037 | 6.342.329 |

Subseções

| | | |
|-------------------------|----------------|------------------|
| Caixa Econômica Federal | 817.336 | 695.335 |
| Banco do Brasil | 205 | 198.792 |
| Sicredi | 75.081 | 104.661 |
| Contas poupança | <u>13.273</u> | <u>1.239</u> |
| | 905.895 | 1.000.027 |

| | | |
|--------------|-------------------------|-------------------------|
| Total | <u>9.769.932</u> | <u>7.342.356</u> |
|--------------|-------------------------|-------------------------|

6 ANUIDADES A RECEBER – CIRCULANTE.

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|-----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Anuidades do exercício | 7.842.592 | 5.860.092 |
| Renegociações | 1.357.266 | 782.651 |
| Depósitos não identificados | <u>-123.072</u> | <u>-213.053</u> |
| Total | <u>9.076.786</u> | <u>6.429.690</u> |

7 ANUIDADES E MULTAS A RECEBER – NÃO CIRCULANTE.

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Anuidades de exercícios anteriores | 17.276.675 | 10.853.967 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | <u>-7.688.837</u> | <u>-4.061.693</u> |
| Total | <u>9.587.838</u> | <u>6.792.274</u> |

A ORDEM tem registrado no ativo não circulante e no passivo não circulante, os valores de anuidades a receber de advogados, correspondentes aos exercícios anteriores à 2015 e, vencidas até 31 de dezembro de 2015.

Por decisão da diretoria, foi constituída a provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base na expectativa de recebimento dos advogados ativos.

A administração vem intensificando a gestão de recuperação da inadimplência através de ações de cobranças por notificações. A evolução tem ocorrido mediante ações programadas e de efetivações pontuais.

8 IMOBILIZADO.

| | 2016 | | 2015 | |
|---|--------------------------------|----------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| | <u>Custo + Valor justo</u> | <u>Depreciação Acumulada</u> | <u>Líquido</u> | <u>Líquido</u> |
| Edificações | 48.687.510 | -6.907.510 | 41.780.000 | 17.513.834 |
| Terrenos | 35.910.000 | - | 35.910.000 | 3.629.147 |
| Móveis e utensílios | 4.308.275 | -2.398.153 | 1.910.122 | 1.945.659 |
| Instalações | 407.678 | -247.012 | 160.666 | 102.121 |
| Maquinas e aparelhos | 2.430.721 | -1.327.732 | 1.102.989 | 1.115.703 |
| Equipamentos de informática | 3.244.701 | -2.103.006 | 1.141.695 | 1.033.536 |
| Veículos | 375.571 | -188.650 | 186.921 | 242.296 |
| Outras imobilizações | 131.475 | -47.945 | 83.530 | 10.156 |
| Construções e reformas das Subseções | <u>229.662</u> | <u>-</u> | <u>229.662</u> | <u>2.980.338</u> |
| Total | <u>95.725.593</u> | <u>-13.220.008</u> | <u>82.505.585</u> | <u>28.572.790</u> |

Em dezembro de 2016, com base no laudo de avaliação de empresa especializada, a qual efetuou levantamento para identificar o Valor Justo dos bens registrados no imobilizado, considerando os grupos de terrenos e de edificações, e que gerou um "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no montante de R\$ 53.189.318, sendo que R\$ 21.658.465 foram acrescidos a conta de Edificações e a diferença de R\$ 31.530.853, foi registrado no grupo de terrenos.

O estudo realizado pela empresa avaliadora em observância ao pronunciamento contábil do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis n.º 27 e o ICPC 10 e o NBC TG 1000, serviu para identificar a vida útil dos bens registrados no grupo de Edificações. A partir do exercício de 2017, esses bens sofrerão depreciação pelo método linear às taxas variando de 1,66% à 3,33% ao ano, o que compreende o período de vida útil estimado entre 30 a 60 anos, considerando as edificações da Seccional e das Subseções.

Para os outros grupos registrados no imobilizado, a entidade elaborou um estudo interno, no qual selecionou todos os bens baixados entre os meses de janeiro de 2013 à dezembro de 2015, e comparou com a vida útil econômica dos bens pelo período utilizado até sua baixa, chegando-se a conclusão que as taxas efetivas realizadas para os bens, ficaram com os seguintes percentuais:

| <u>Grupo</u> | <u>Vida útil em anos</u> | <u>Percentual para depreciação</u> |
|-----------------------------|--------------------------|--|
| Móveis e utensílios | 10,00 | 10,00% |
| Máquinas e aparelhos | 10,00 | 10,00% |
| Instalações | 10,00 | 10,00% |
| Equipamentos de Informática | 7,30 | 13,70% |
| Veículos | 5,46 | 18,30% |

9 FORNECEDORES.

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|--------------|-----------------------|-----------------------|
| Seccional | 507.536 | 485.824 |
| Subseções | <u>22.345</u> | <u>16.510</u> |
| Total | <u>529.881</u> | <u>502.334</u> |

10 OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS.

| <u>Cota estatutária:</u> | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|------------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| Conselho Federal | 644.056 | 672.181 |
| Caixa de Assistência dos Advogados | 138.006 | 203.563 |
| Fundo Cultural | 17 | 90 |
| FIDA | <u>129.178</u> | <u>135.244</u> |
| Total | <u>911.257</u> | <u>1.011.078</u> |

11 PROVISÕES TRABALHISTAS.

| <u>Provisões para:</u> | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Férias | 571.421 | 616.380 |
| Encargos sobre férias | <u>175.586</u> | <u>202.964</u> |
| Total | <u>747.007</u> | <u>819.344</u> |

12 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações cíveis, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisões no montante total de R\$ 415.485 (R\$ 204.240 em 2015), consideradas suficientes para cobrir as perdas com ações em andamento.

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|----------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Patrimônio social | 34.350.665 | 32.703.346 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 53.189.318 | - |
| Superávit do exercício | <u>2.930.349</u> | <u>1.647.319</u> |
| Total | <u>90.470.332</u> | <u>34.350.665</u> |

14 COBERTURA DE SEGUROS.

A ORDEM, em 31 de dezembro de 2016, era auto seguradora em parte dos imóveis das Subseções.

* * *

AUDICONTROL AUDITORIA E CONTROLE

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ
CNPJ 77.538.510/0001-41
DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA RECEITA E DESPESA
EXERCÍCIO DE 2016

| COD | RECEITAS | ORÇADO 2016 | ORÇADO até dezembro 2016 | Realizado até dezembro 2016 | Realizado até dezembro 2016 | Realizado até dezembro 2016 TOTAL | Diferença | COD | DESPESAS | ORÇADO 2016 | ORÇADO até dezembro 2016 | Realizado até dezembro 2016 | Realizado até dezembro 2016 | Realizado até dezembro 2016 TOTAL | Diferença |
|-------|----------------------------------|----------------------|--------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|---------------------|---------|--|----------------------|--------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|-----------------------|
| 4.1 | RECEITAS CORRENTES | | | | | | | 3.1 | DESPESAS CORRENTES | | | | | | |
| 4.1.1 | RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 33.118.654,00 | 33.118.654,00 | 34.625.649,85 | - | 34.625.649,85 | 1.506.995,85 | 3.1.1 | DESPESAS DE CUSTEIO | | | | | | |
| 4.1.2 | RECEITAS DE COBRANÇAS | 3.002.500,00 | 3.002.500,00 | 6.374.092,21 | - | 6.374.092,21 | 3.371.592,21 | 3.1.1.1 | PESSOAL | 21.052.000,00 | 21.052.000,00 | 20.957.421,88 | 46.324,19 | 21.003.746,07 | 48.253,93 |
| 4.1.3 | RECEITAS DE INFRAÇÕES | 40.000,00 | 40.000,00 | 354.189,58 | - | 354.189,58 | 314.189,58 | 3.1.1.2 | MATERIAL DE CONSUMO | 1.730.000,00 | 1.730.000,00 | 626.957,74 | 1.130.999,49 | 1.757.957,23 | (27.957,23) |
| 4.1.4 | RECEITAS DE SERVIÇOS | 1.653.500,00 | 1.653.500,00 | 2.350.917,46 | - | 2.350.917,46 | 697.417,46 | 3.1.1.3 | SERVIÇOS DE TERCEIROS | 9.650.000,00 | 9.650.000,00 | 7.865.827,31 | 3.561.823,02 | 11.427.650,33 | (1.777.650,33) |
| 4.1.5 | RECEITAS DIVERSAS | 4.750.000,00 | 4.750.000,00 | 5.371.479,10 | 1.592.702,61 | 6.964.181,71 | 2.214.181,71 | 3.1.2 | TRANSF. CORRENTES | | | | | | |
| 4.2 | RECEITAS DE CAPITAL | | | | | | | 3.1.2.1 | CONTRIB. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS | 12.642.403,90 | 12.642.403,90 | 14.349.937,73 | - | 14.349.937,73 | (1.707.533,83) |
| 4.2.1 | APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 800.000,00 | 800.000,00 | 1.608.989,10 | 99.038,91 | 1.708.028,01 | 908.028,01 | 3.2 | DESPESA DE CAPITAL | | | | | | |
| 4.2.2 | VENDA IMOBILIZADO | - | - | - | - | - | - | 3.2.1 | INVESTIMENTOS | | | | | | |
| 4.2.3 | TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL | - | - | 672.180,98 | - | 672.180,98 | 672.180,98 | 3.2.1.1 | EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTES | 730.000,00 | 730.000,00 | 1.837.032,94 | - | 1.837.032,94 | (1.107.032,94) |
| 4.2.4 | DOAÇÕES RECEBIDAS | - | - | - | 763.050,00 | 763.050,00 | 763.050,00 | 3.2.1.2 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 2.500.000,00 | 2.500.000,00 | 860.179,62 | - | 860.179,62 | 1.639.820,38 |
| 4.3 | SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO | | | | | | | 3.3 | OUTRAS DESPESAS (LEITOR) | 300.000,00 | 300.000,00 | 192.776,52 | - | 192.776,52 | 107.223,48 |
| | Provisão obras subseções* | 2.500.000,00 | 2.500.000,00 | - | - | - | (2.500.000,00) | | (contrapartida com a venda na receita) | | | | | | |
| | Provisão p/pgto.despesas janeiro | 2.800.000,00 | 2.800.000,00 | - | - | - | (2.800.000,00) | 3.9 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 60.250,10 | 60.250,10 | 211.244,66 | - | 211.244,66 | (150.994,56) |
| | TOTAIS | 48.664.654,00 | 48.664.654,00 | 51.357.498,28 | 2.454.791,52 | 53.812.289,80 | 5.147.635,80 | | TOTAIS | 48.664.654,00 | 48.664.654,00 | 46.901.378,40 | 4.739.146,70 | 51.640.525,10 | (2.975.871,10) |

José Augusto Araújo de Noronha
Presidente

Airton Martins Molina
Vice-Presidente

Marilena Indira Winter
Secretária-Geral

Alexandre Hellender de Quadros
Secretário-Geral Adjunto

Fabiano Augusto Piazza Baracat
Diretor Tesoureiro